

Radiografia dos Empreendimentos Econômicos Solidários do estado de Minas Gerais.

Radiography of the Enterprises Economic Solidarity of the state of Minas Gerais

Valderí de Castro Alcântara
Jader Fernandes Cirino
Edson Arlindo Silva
André Cezar de Souza

Resumo

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, além de outras formas de comercializar e produzir. O presente trabalho tem por objetivo fazer uma radiografia dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) presentes no Estado de Minas Gerais descrevendo suas principais características e tentando comparar sua realidade e a teoria. Para tanto se utilizou de dados secundários oriundos do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), coletados em meio eletrônico, sendo os resultados são apresentados em forma de tabelas e gráficos que revelam um forte crescimento do número de EES em Minas Gerais, a importância dos mesmos no que tange a geração de trabalho e renda e as características de produção, comercialização, organização, financiamentos e investimentos.

Palavras-chave: Empreendimentos Econômicos Solidários; Minas Gerais; Economia Solidária.

Abstract

In Brazil, the Solidarity Economy expanded from institutions and organizations that supported initiatives and community associations by the constitution and articulation of popular cooperatives, production networks, cooperative market-places and solidarity economy and other ways of negotiation and production. The present work aims at making a radiograph of the Solidarity Economy Enterprises (EESs) in Minas Gerais, describing their main characteristics and trying to compare their reality and theory. Secondary data from the National Information System on Solidarity Economy (SIES) was used, collected in electronic media, and the results are presented in tables and graphs that show substantial growth of the number of EES in Minas Gerais, their importance about generating employment and production, marketing, organization, financing and investments characteristics.

Keywords: Economic Developments in Solidarity, Minas Gerais; Solidarity Economy.

1 Introdução

Fica evidente a cada dia que o modo de produção e organização capitalista não é efetivo para suprir as necessidades básicas da sociedade. Pautado na lógica da competitividade e da individualidade acarreta uma desigualdade crescente e quase sempre irreversível (SINGER, 2003).

Nesse sentido a Economia Solidária surge como uma crítica e uma alternativa ao sistema capitalista. Assim sendo, para o pleno funcionamento da sociedade acredita-se que é necessário que a cooperação, ao invés da competição, esteja impregnada na consciência, no pensamento e nas ações dos indivíduos na sociedade; esta Economia Solidária surge inevitavelmente dentro do próprio modelo de produção/organização dominante que é o capitalismo, já que:

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população

economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2003, p. 86).

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária, e de outras formas alternativas de comercializar e produzir. Atualmente, a Economia Solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de Economia Solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de Empreendimentos Econômicos Solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

Assim como afirma Gaiger (2003), o crescente aparecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários que se baseiam na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão é sinal de que estamos buscando alternativas para o modelo de produção capitalista vigente e que esse é um fenômeno observado em muitos países.

No Estado de Minas Gerais tais empreendimentos se apresentam como ferramentas poderosas de fomento a economia, sendo fundamental para a geração de trabalho e renda principalmente para a população de baixa renda.

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma radiografia dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) presentes no Estado de Minas Gerais descrevendo suas principais características e tentando conflitar a realidade dos mesmos com a teoria. Para tanto se utilizou de dados secundários oriundos do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), estes dados foram coletados por meio eletrônico e os resultados foram expostos em forma de tabelas e gráficos que revelam um forte crescimento do número de Empreendimentos Econômicos Solidários em Minas Gerais, a importância dos mesmos no que tange a geração de trabalho e renda e as características principais no que relaciona a produção, comercialização, organização, financiamentos, investimentos, entre outras.

2 Referencial Teórico

2.1 Economia Solidária¹: Origem e Conceito

A Economia Solidária é um conceito em construção e sendo assim apresenta divergentes concepções, de modo que o que procuramos neste tópico não é esgotá-las, mas apenas elucidar parte dos diversos conceitos existentes; a temática Economia Solidária está longe de ser um conceito unânime sendo relacionada a temas como economia de solidariedade, autogestão, economia popular e solidária, socioeconomia solidária.

Para identificarmos a origem dos Empreendimentos Econômicos Solidários, ou seja, do que Paul Singer trata como “Economia Solidária”, vamos entendê-la aqui como sendo os Bancos Populares, os Clubes de trocas, as associações, as Cooperativas, organizações comunitárias solidárias, enfim “todos os empreendimentos que possuam como características comuns a solidarização de capital e a autogestão” (ALCÂNTARA, 2005, p.69). Assim, somos levados às origens das formas de organização cooperativas.

O cooperativismo nasceu durante a Revolução Industrial, muitas das cooperativas nasceram das negociações dos operários com os patrões nos lembra Alcântara (2005) e Lechat (2005), ambos nos informam que a primeira cooperativa a qual teve grande relevância para o cooperativismo moderno foi a Cooperativa de Rochdale, na Inglaterra, chamada de *Society of Equitable Pioneers*, a qual foi criada em 1844. As cooperativas de consumo foram as primeiras a serem criadas e após surgiram as de crédito, as cooperativas de trabalhadores foram fundadas na França por operários que, depois de organizarem uma série de protestos contra as condições de trabalho desumanas nas fábricas em que trabalhavam, decidiram fundar e administrar coletivamente as suas próprias fábricas. Souza Santos (2005) nos detalha isto.

A busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova. O pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial. De fato, as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como reação à pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passaram a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo — as cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, e cujo objetivo inicial foi à oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores (SOUZA SANTOS, 2005, p. 1).

Consoante a Souza Santos (2005), Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon são os principais responsáveis pela disseminação das experiências cooperativistas, Robert Owen, em especial, pela criação de *New Lanark*. Oliveira (2006) dispõe sobre essa experiência que teve grande importância para o desenvolvimento das cooperativas, apesar de a mesma não ter alcançado resultados satisfatórios. *New Lanark* desenvolvia ações como a educação de crianças

e adultos, lazer, dança, música, entre outras ações de forma que ela era visitada por milhares de pessoas da Europa e da América do Norte (OLIVEIRA, 2006).

Assim, somos levados a referenciar as principais definições do que seja a Economia Solidária. Segundo Razeto (1993), por Economia Solidária entende-se:

Uma formulação teórica de nível científico elaborada a partir e para dar conta de conjunto significativo de experiências econômicas (...), que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que define uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 40).

De acordo com Gaiger (2003), a Economia Solidária compreende o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, autogeridos e com administração democrática, que remuneram o trabalho de forma privilegiada ao capital. Singer (2002) completa que a Economia Solidária rejeita a separação proferida pelo capitalismo entre trabalho e propriedade dos meios de produção, defendendo alternativamente, o conceito de empresa solidária na qual os proprietários são os trabalhadores. Dessa forma esses últimos passam a ser os principais interessados em garantir o sucesso do empreendimento, estimulando a melhoria do processo produtivo, com o aumento da qualidade dos produtos e a inibição da negligência e do desperdício do tempo de trabalho.

A economia solidária é um projeto de organização sócio-econômica com princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – não a eliminação! – destes mecanismos pela construção de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores (SINGER, 1998, p. 9).

As definições apresentadas são as que embasaram o presente trabalho sendo que é conveniente ressaltar que a Economia Solidária é foco de muitos debates, seja, eles teóricos ou em relação as possibilidades reais desta suposta “outra economia”. Lechat (2005) afirmam que existem vazios conceituais do que venha a ser Economia Solidária e que a “prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular” (LECHAT, 2005, p. 6).

2.2 A Economia Solidária no Brasilⁱⁱ

No âmbito do governo a Economia Solidária é abordada com uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (MTE, 2010).

De forma que compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características:

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE, 2010, p. 1).

Lechat (2005) analisou o aparecimento da Economia Solidária no Brasil e disserta que ela veio inserida em todo um contexto de transformação social, de criação de ONGs, cooperativas, movimentos sindicais entre outros. Lechat (2005) revela que a primeira vez que o conceito de Economia Solidária apareceu no Brasil foi em 1993, no livro “Economia de solidariedade e organização popular”, organizado por Gadotti que se referia a obras de um clássico da Economia Solidária, Luis Razeto e que somente em 1995 os brasileiros vieram a escrever sobre Economia Solidária.

Lechat (2005) afirma ainda que diversos encontros foram fundamentais para o movimento em prol da Economia Solidária no Brasil, sendo os mais importantes promovidos pela ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão).

Segundo Lechat (2005), Paul Singer publicou em julho de 1996, na Folha de São Paulo a proposta da Economia Solidária sob o título “Economia solidária contra o desemprego” e em 1998 escreveu que:

No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva (SINGER, 1998, 31 *apud* LECHAT, 2005, p. 7).

Em 1995 foi criada a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Brasil pela COPPE-UFRJ. Com esse empreendimento, as universidades tornaram-se entidades de apoio a formação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no intuito de gerar trabalho e renda para os “excluídos” do mercado de trabalho. Atualmente existem mais de 40 ITCPs em todas as regiões do país, criadas e mantidas por instituições de ensino superior (IES). Esse elevado número de ITCPs pelo país mostram que a Economia Solidária encontra-se em ampla discussão no meio acadêmico, suscitando projetos de pesquisa e extensão das universidades com vistas à formação de formas alternativas de organização.

Em decorrência, em 1998 foi criada a Rede de ITCPs composta inicialmente por 14 incubadoras e que visava conforme Guerra (2008), organizar as ITCPs para trocar experiências e definir a atual missão dessas para o Brasil. A Rede de Incubadoras é assim, conforme Alcântara (2005), uma importante articulação no intuito de disseminar os princípios e empreendimentos da Economia Solidária.

Três livros marcaram a produção teórica da Economia Solidária no Brasil, buscando legitimar e construir um corpo teórico para a mesma: Singer e Souza (2000), Singer (2002) e Cattani (2003). Segundo Motta (2004) essas três obras constituem os marcos teóricos da Economia Solidária no país.

Em termos de políticas públicas, experiências como o programa de Economia Solidária desenvolvido no Rio Grande do Sul no Governo de Olívio Dutra demonstra o processo de institucionalização pelo qual passa a Economia Solidária no país. Nesse aspecto, o governo “Lula” desempenhou papel decisivo ao enfatizar o papel das cooperativas e associações na constituição de alternativas ao modelo de produção capitalista, marcado pelo desemprego e a pobreza. Tal perspectiva pode ser comprovada através de inúmeros decretos, medidas provisórias, projetos de leis e leis instituídas por esse governo no que tange a empreendimentos e demais aspectos relacionados à Economia Solidária. Dentro desse contexto, foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o decreto LEI N°10.683 de 28 de maio de 2003 (ALCÂNTARA, 2005).

2.3 Dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são fundamentais para o fortalecimento da Economia Solidária, já que as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de

produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital (GAIGER, 2003).

Segundo dados do SIES (2009) existem no Brasil 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários registrados, sendo que a maior parte se encontra na região Nordeste (43,45%), como mostra a tabela 1. Os demais estão distribuídos pelas demais regiões (Norte, 12,15%; Sudeste, 17,90%; Sul, 16,39% e Centro-Oeste, 10,11%).

Tabela 1: Empreendimentos Econômicos Solidários por região.

Região	Quantidade	Porcentagem (%)
Região Norte	2.656	12,15
Região Nordeste	9.498	43,45
Região Sudeste	3.912	17,90
Região Sul	3.583	16,39
Região Centro-Oeste	2.210	10,11
Total	21.859	100,00

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) exibem as seguintes características a ver do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): as formas de organização são coletivas, os participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; possuem diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (MTE, 2010).

3 Procedimentos metodológicos

Os métodos e técnicas a serem utilizados numa pesquisa podem ser apontados através dos objetivos ou das hipóteses, da delimitação do universo ou da amostra, desde que fiquem adequados aos mesmos. De acordo com Gil (2007), os objetivos da pesquisa e o esquema condicional proposto são os principais elementos textuais que corroboram a delimitação da metodologia adotada, sejam técnicas de observação, fontes de dados, os métodos de interpretação e a análise dos dados obtidos.

As fontes bibliográficas são consideradas como secundárias. Servem para orientar o pesquisador sobre o tema escolhido, permitindo-o descobrir fatos importantes para o trabalho. O mesmo tema pode ser abordado por vários autores, desde que façam diferentes enfoques, o que possibilita conclusões inovadoras e complementares. Assim, para Alexander (1999), a

importância de recorrer a teorias que embasaram este estudo é fundamental, devido ao fato que “a razão é que a existência de discordâncias empíricas e ideológicas permite aos cientistas sociais operacionalizar proposições de modos diferentes” (Alexander, 1999, p. 40) gerando as bases para o confronto dos resultados obtidos com as teorias que deram suporte à pesquisa.

No presente trabalho os dados foram obtidos no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), os resultados mais relevantes foram apresentados e discutidos.

4 Resultados e análises

4.1 Características gerais dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Estado de Minas Gerais (EES-MG).

O estado de Minas Gerais possuía em 2007, 1.236 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES-MG) cadastrados no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), sendo assim em comparação aos demais estados da região Sudeste ficava atrás apenas do Rio de Janeiro, com 1.243 EES, os demais estados São Paulo e Espírito Santo possuíam respectivamente 813 e 520 EES (Figura 1).

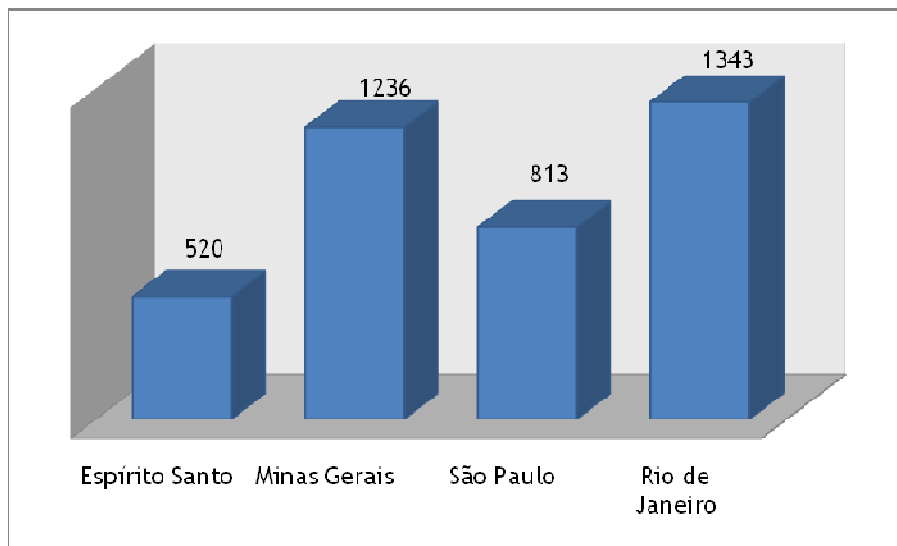


Figura 1: Empreendimentos Econômicos Solidários da região sudeste.
Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Destaca-se que dos 1.236 Empreendimentos Solidários presentes em Minas Gerais, 7% se encontravam em implantação e 93% já estavam funcionando/operando (SIES, 2007). Outra característica é que do total destes empreendimentos maior parte são empreendimentos urbanos (56%), 32% rurais e apenas 12% rurais e urbanos simultaneamente.

Analisando os municípios de Minas Gerais, o que possui o maior número de EES é Belo Horizonte com 160, sendo seguido por Contagem que possui 45 e Montes Claros 36

EES. Os 199 municípios mineiros aqui analisados possuem em média aproximadamente 6 EES por município.

Através da figura 2 é possível observar a evolução dos Empreendimentos Econômicos Solidários no estado de Minas Gerais, sendo que o grande salto, como se observa, foi do ano 2000 (quando existiam 440 EES) para 2007 quando passou a existir (1.213 EES), ou seja, de 2000 a 2007 foram criados 773 novos EES; observa-se um crescimento exponencial dos EES presentes nos estado de Minas Gerais.

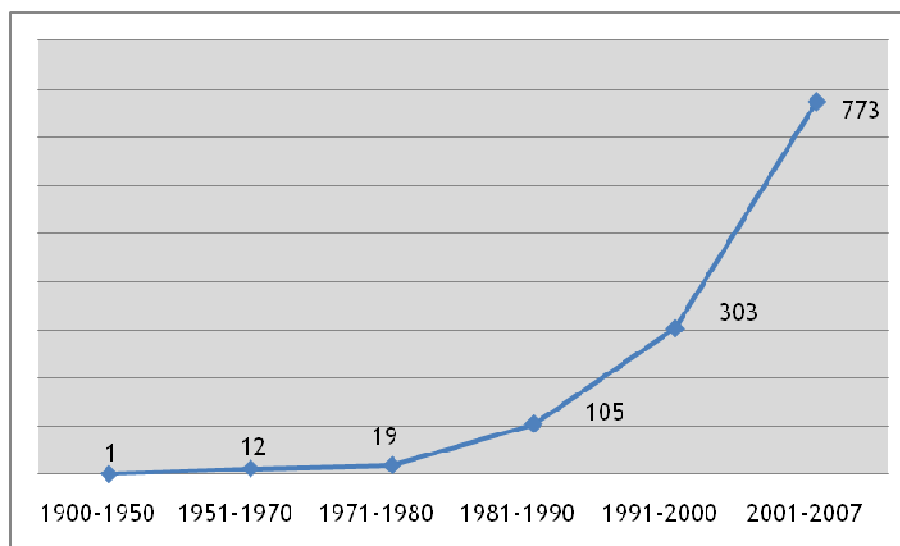


Figura 2: Empreendimentos Econômicos Solidários do estado de Minas Gerais.
Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Os dados disponíveis indicam que a forma de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Minas Gerais são diversas, apesar de a maioria ser “grupos informais”, o que nos leva a observar que apenas 40% dos EES possuem CNPJ, ou seja, são reconhecidos legalmente.

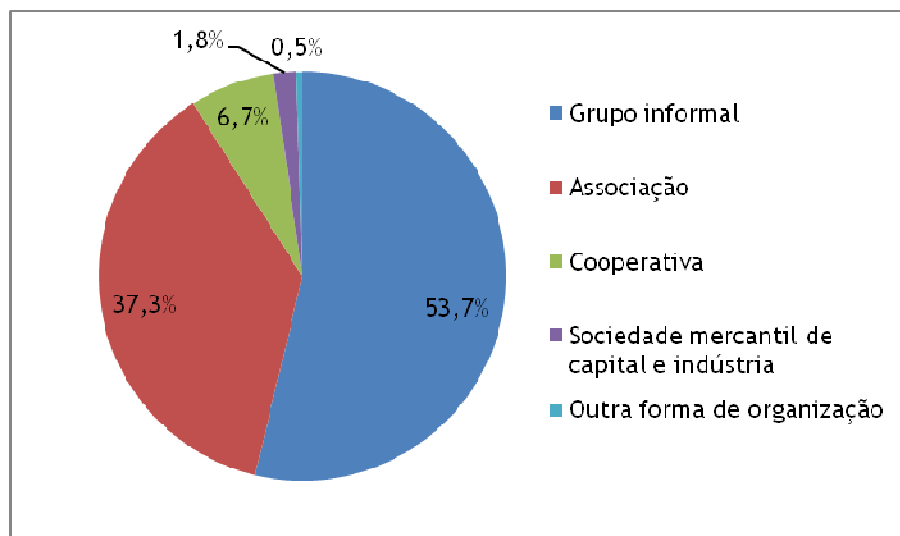


Figura 3: Formas de organização dos EES-MG.

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

No que tange a forma de organização temos então que 53,7% são grupos informais; 37,3% associações; 6,7% cooperativas e apenas 1,8% sociedade mercantil de capital e indústria e menos de 1% outra forma de organização, como observado na figura 3.

A tabela 2 revela quais são os principais motivos que levaram a criação dos EES-MG, sendo o motivo predominante a abertura dos EES como alternativa ao desemprego (42,73%), isto segundo Singer (2000) é explicado pelo forte e crescente desemprego na década de 90, advindo de políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso.

Tabela 2: Motivação para a implantação dos EES-MG

Principal Motivação	Frequência	%
Uma alternativa ao desemprego	515	41,73
Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	261	21,15
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	152	12,32
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	77	6,24
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	66	5,35
Motivação social, filantrópica ou religiosa	64	5,19
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	37	3,00
Outra motivação	33	2,67
Alternativa organizativa e de qualificação	25	2,03
Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	4	0,32
Total dos EES que declararam	1.234	100

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Os resultados mostram que 21,15% afirmaram ter como principal motivação a abertura de uma fonte complementar de renda, 12,32% obtenção de maiores ganhos, 6,24% o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades; 5,35% o desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos e 5,19 uma motivação social, filantrópica ou religiosa.

Outras motivações citadas foram a busca por financiamento, a recuperação de empresas que faliram e outros.

No caso da recuperação por trabalhadores de empresas privadas que faliram (4 EES) ressalta-se que assim estas empresas se tornam empresas solidárias e estas por sua vez são EES porque “negam a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é a base do capitalismo. A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários” (SINGER, 2002, p. 04).

A figura 4 mostra a quantidade de EES em relação a quantidade de participantes em cada um dos empreendimentos, como se observa a maior parte dos EES-MG são aqueles formados por até 10 pessoas (41%), 20% por grupos de 11 a 20 pessoas, 25% por grupos de 21 a 50 pessoas e apenas 14% por grupos com mais de 50 pessoas, através destes dados observamos a dificuldade destes grupos em formar cooperativas já que segundo a Lei das cooperativas (Lei 5.764/71) elas devem possuir no mínimo 20 membros, sendo assim 61% destes EES são impedidos de se organizarem em forma de cooperativas.

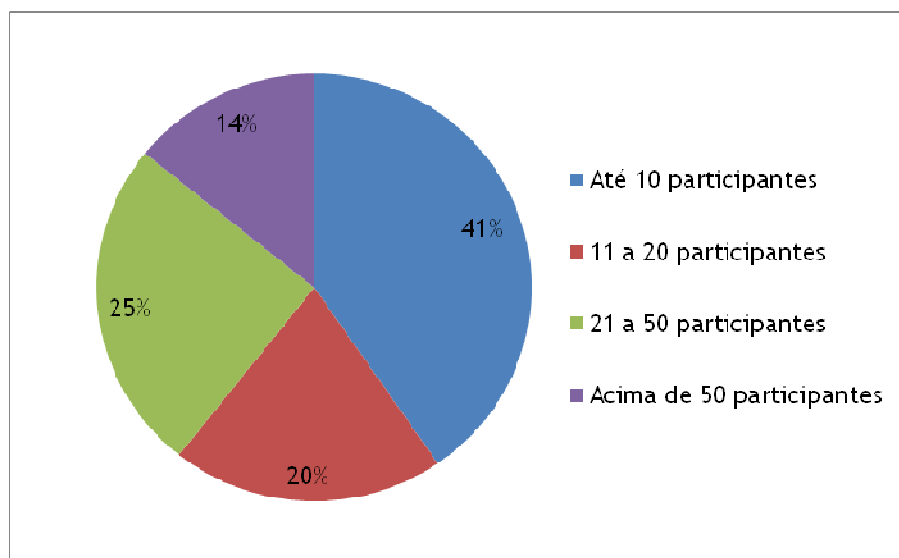


Figura 4: Número de participantes por EES-MG.

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007

Dos que afirmaram possuir sede tem-se que 537 empreendimentos declararam ser o local de funcionamento cedido ou emprestado, 407 ser próprio, 135 ser alugado, 98 disseram não possuir sede e 24 afirmaram ser ela ocupada ou arrendada. É possível observar que do total que declarou ter ou não sede e que especificou a situação da sede, apenas 34% delas pertencem ao empreendimento e isso se deve principalmente a dificuldade de financiamento para adquirir imóveis.

4.2 Atividades Econômicas dos EES-MG

Em termos de atividades econômicas será destacado neste trabalho as principais atividades, os principais produtos e insumos, a origem destes e o valor médio mensal de faturamento.

As 20 atividades econômicas que mais aparecem nos EES-MG estão presentes na tabela abaixo, sendo que a atividade mais desenvolvida é o comércio varejista. É possível observar que as principais atividades giram em torno do comércio varejista, devido a produção em baixa escala, e atividades relacionadas a confecção e agricultura (afinal 32% dos EE-MG são rurais).

Dessa forma temos os principais produtos gerados por tais empreendimentos: Confecções; Artigos de cama, mesa e banho; Leite, Farinha de mandioca; bolsas, panos de prato; bijuterias, milho, doces; artesanato; hortifrutigranjeiros; tapetes, alface, café; entre outros. Estes produtos em sua maioria possuem pouco valor de mercado o que impacta diretamente no valor do faturamento de tais empreendimentos, o que será analisado posteriormente.

Da mesma forma tem-se se os principais insumos/matérias-primas mais usados pelos empreendimentos: Aviamentos para costura (linha, agulha entre outro); tecidos; adubo; sementes; tintas; mandioca; papéis diversos; açúcar; leite; madeira; argila entre outros e assim é possível observar qual a origem dos insumos/matérias-primas utilizadas pelos EES-MG, as quais em sua maioria (555) são adquiridos de empresas privadas.

Tabela 3: Origem dos insumos/matérias-primas dos utilizados pelos EES-MG.

Descrição das origens	Porcentagem (%)
Aquisição de empresa privada	56
Associados(as)	13
Doação	9
Coleta (materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato)	7
Aquisição de produtores(as) não sócio(as)	4
Aquisição de outros empreendimentos de ES	3
Outra	2
Não se aplica	6

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

56% dos EES-MG declararam adquirir seus insumos/matérias-primas de empresas privadas, 13% são advindos dos próprios associados, 9% de doação, 7% de coleta e 40% Aquisição de produtores (as) não sócio (as), enquanto apenas 3% são adquiridos de outros Empreendimentos Solidários, revelando certa dificuldade de comercialização dos EES.

No que se refere ao faturamento médio mensal dos EES-MG os resultados são apresentados na tabela 4:

Tabela 4: Faixas de faturamento dos EES-MG.

Faixa de faturamento	Nº de EES-MG	Porcentagem (%)
Até R\$ 1.000,00	304	37
De R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	297	36
De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	83	10
De R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	105	13
De R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	14	2
Mais de R\$ 100.000,00	16	2
Total Parcial	819	100
Informaram faturamento mensal de R\$ 0,00	415	
Não declararam faturamento mensal	2	
Total	1236	

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Os resultados mostram que 304 empreendimentos afirmaram obter faixa de faturamento mensal até R\$ 1.000,00; 297 entre R\$ 1.001,00 e R\$ 5.000,00; 83 entre R\$ 5.001,00 e R\$ 10.000,00; 105 entre R\$ 10.001,00 e R\$ 50.000,00; 14 entre R\$ 50.001,00 e R\$ 100.000,00 e apenas 16 EES apresentou valores acima de R\$ 100.000,00. Ainda tem-se que 415 EES afirmaram faturamento igual a R\$ 0,00 e 2 não declararam seu faturamento médio mensal.

Analisando de forma geral temos que aproximadamente 36% dos EES-MG declararam faturamento mensal igual a R\$ 0,00. Analisando dentre aqueles que declaram ter algum faturamento médio mensal observa-se que 73% dos mesmos obteve faturamento até R\$ 5.000,00, sendo 37% até R\$ 1.000,00. Apenas 4% obtém faturamento acima de R\$ 50.001,00.

4.3 Comercialização nos EES-MG

Em termos de comercialização de seus produtos, a maioria é vendida (67%), parte é vendida e parte é consumida (25%), são trocados (5%) e apenas 3% são destinados exclusivamente ao consumo.

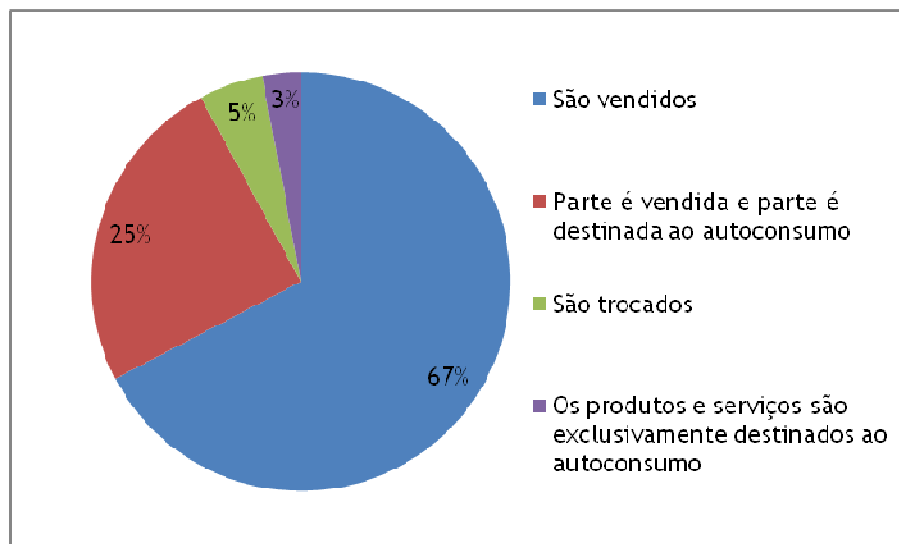


Figura 5: Destino dos produtos e/ou serviços dos EES-MG.

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A maioria dos produtos são vendidos direto ao consumidor (80,05%), 15,53% são vendidos a revendedores e/ou atacadistas e as outras formas são venda a órgão governamental, troca com outros EES e venda a outros EES.

Tabela 5: Forma de vendas dos produtos dos EES-MG.

Descrição das formas	Porcentagem (%)
Venda direta ao consumidor	80,05
Venda a revendedores/atacadistas	15,52
Venda a órgão governamental	1,82
Troca com outros empreendimentos solidários	0,35
Venda a outros empreendimentos de ES	0,61
Outra	1,47
Não se aplica	0,17

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Os principais espaços de comercialização de produtos e/ou serviços estão dispostos na figura 9, revelam que a maior parte dos produtos e/ou serviços são entregues diretos aos clientes, 30% são comercializados em feiras livres, 23% em lojas ou espaços próprios, 5% em feiras e exposições eventuais, 4% em espaços de venda coletivos e 2% são comercializados de outra forma.

Em geral observa-se que 70% dos EES-MG encontraram dificuldade na comercialização de produtos/serviços, 30% não encontraram, ou seja, de 1.171 que responderam ao questionamento, 825 afirmaram encontrar dificuldades na comercialização e 346 não.

Dos 819 EES que declararam a sua dificuldade, 144 afirmaram que a principal dificuldade é falta de clientes, 109 afirmaram ser a falta de capital de giro para vendas a prazo, 90 EES-MG afirmaram ser a falta de estrutura para comercialização; 80 a falta de registro legal. O fato de 80 EES afirmarem ser a maior dificuldade a falta de registro legal se deve ao fato de a maioria dos Empreendimentos (91%) serem grupos informais e associações e estas são impedidas legalmente de comercializar.

4.3 Crédito e Investimentos dos EES-MG

Do total dos 1236 empreendimentos, 657 investiu nos últimos 12 meses (53%) e 579 não investiram (47%). A falta de investimento é decorrente das dificuldades de obtenção de crédito.

576 que declararam o tipo de investimento realizado nos últimos 12 meses, tem-se que 207 (35%) declararam ser em equipamentos, 166 (29%) em infraestrutura física, 132 (23%) em ampliação de estoque de matérias-primas e ainda 55 (10%) em capacitação de mão-de-obra, os demais 3% em outras formas.

Tabela 6: Tipos de investimento realizados nos empreendimentos nos últimos 12 meses

Descrição dos tipos de investimento	EES	Porcentagem
Equipamentos (aquisição, renovação)	207	35
Infraestrutura física (prédios, construções, etc)	166	29
Ampliação de estoque de matérias-primas	132	23
Capacitação de mão-de-obra	55	10
Outro	8	1
Abertura de lojas/espacos de comercialização	5	1
Abertura de filiais	3	1

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

A maior parte dos EES 429 (73,28%) dos 548 EES revelaram que os investimentos foram de até R\$ 10.000,00, 200 investiram menos de R\$ 1.000,00 e ainda que apenas 17 empreendimentos (3,10%) investiram mais de R\$ 100.000,00.

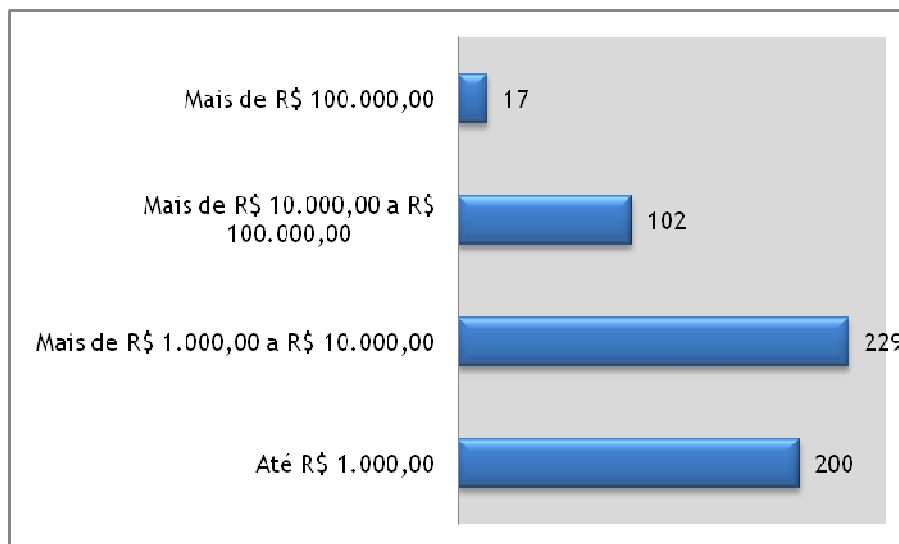


Figura 6: Valor dos investimentos nos últimos 12 meses.

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

O fato de haver um baixo valor de investimentos se deve ao fato dos empreendimentos terem dificuldades em obter crédito; sendo que 26% afirmaram não ter tido acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses (153 empreendimentos).

A finalidade da obtenção de créditos são: 49% investimentos, 27% custeio ou capital de giro e 24% custeio e investimento. As principais fontes de crédito são: 45 EES obtiveram crédito em banco público, 39 em instituição financeira privada, 34 em ONGs ou OSCIPs, 21 em bancos do povo ou similar, 15 em bancos privados e 9 em cooperativas de créditos.

Nos últimos 12 meses os EES-MG tiveram acesso a um total de R\$ 4.610.269,54, distribuídos segundo figura 7; 1083 não informaram o valor.

A maioria obteve valor de crédito até R\$ 10.000,00 (59%), sendo que 20% destes obtiveram menos de R\$ 1.000,00. 27% obtiveram entre R\$ 10.000,00 e R\$ 100.000,00 e 8% crédito acima de R\$ 100.000,00. 7% informaram R\$ 0,00 devido principalmente a falta de órgão credores e a falta de registro legal dos empreendimentos.

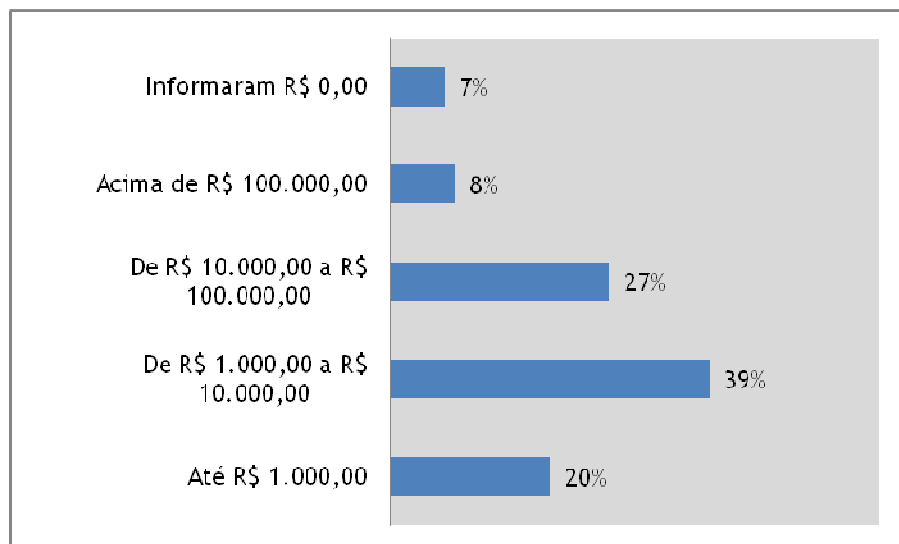


Figura 7: Valor total do crédito ao qual os EES-MG tiveram acesso (12 meses).
Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

Em termos de pagamento ou devolução do crédito temos os seguintes resultados: 50% estão com pagamentos em dia, 21% no prazo de carência, 13% com pagamento concluído e 10% em atraso. 59% dos EES-MG sentem a necessidade de financiamento/crédito (727 empreendimentos) e 35% (432) enfrentaram dificuldade na obtenção de crédito. As principais dificuldades são apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 7: Qual(ais) dificuldade(s) enfrentam ou enfrentaram

Descrição das dificuldades	Quantidade
Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do EES	90
Burocracia dos agentes financeiros	74
O EES não possui a documentação exigida pelo agente financeiro	72
Falta de apoio para elaborar projeto	62
Falta de aval ou garantia	51
Outra	37
Falta de linha de crédito	29
Prazos de carência inadequados	17

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 2007.

90 empreendimentos afirmaram ser a principal dificuldade as elevadas taxas de juros, 74 a burocracia dos agentes financeiros, 72 a falta de legalidade dos empreendimentos, 62 falta de apoio para elaborar projeto, 51 falta de garantia, entre outros.

Políticas de obtenção de crédito mais adequadas a estes empreendimentos são fundamentais para o crescimento e a sobrevivência dos EES, o que pode potencializar a capacidade dos grupos de se organizarem e obterem meios de subsistências dignos e que possam deixar de ser tratados como aqueles que estão nas *margens* dos acontecimentos.

5 Considerações finais

O presente trabalho se propôs a apresentar com base em dados oriundos do SIES, as principais características dos Empreendimentos Econômicos Solidários do estado de Minas Gerais, ou seja, fazer uma *radiografia* dos mesmos. Os dados foram organizados e selecionados de forma que os mais convenientes aos objetivos do trabalho foram apresentados e discutidos de forma sucinta.

O trabalho contribui de forma a elucidar certas características destes empreendimentos e a importância dos mesmos para a geração de trabalho e renda para a população mineira. Tais empreendimentos constituem uma opção para aqueles que vivem as *margens* do sistema de apropriação do excedente denominado de capitalismo; sendo que estes se organizam e assim criam e mantêm formas alternativas de produção e comercialização. As cooperativas, os clubes de trocas, as associações são exemplos disso.

Os dados revelam que houve um crescimento acelerado dos EES nas últimas décadas, que os mesmos são em sua maioria grupos informais principalmente devido a exigências legais para a formação de cooperativas; os empreendimentos possuem dificuldades de obtenção de crédito, comercialização e produção, dentre outras inúmeras dificuldades que os mesmos enfrentam. Ressalta-se entretanto que os mesmos representam um potencial na geração de trabalho e renda e na melhora das condições de vida de inúmeras pessoas, desempregados ou que trabalham em condições desumanas.

A Economia Solidária representa uma possibilidade real e concreta de um novo modelo de organização da produção e das relações sociais de produção que se pauta na cooperação e na solidariedade e não mais nas relações de competição darwinistas; assim, enquanto os teóricos discutem os possíveis conceitos da Economia Solidária, os Empreendimentos Econômicos Solidários mostram que realmente *uma outra economia acontece*.

6 Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, F. H. C. **Economia Solidária: o dilema da institucionalização**. São Paulo: Arte e Ciência: 2005.

ALEXANDER, J. C. **A importância dos clássicos**. In Teoria social hoje. (orgs.) Anthony Giddens e Jonathan Turner; tradução de Gilson César Cardoso Souza. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CATTANI, A.D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306 p.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Cadernos do CRH (UFBA), UFBA – Salvador, v. 39, n. 39, p. 181-211, 2003.

GUERRA, A. C. **Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise comparativa.** 106 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2008.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** 2005. Disponível em www.scholar.google.com.br. Acesso em 15 de jul. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005. Disponível em <http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteúdo/atlas.asp>. Acesso em 20 de Jul. 2009.

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular.** In Gadotti, M.; GUTIÉRRES, F. Educação comunitária e economia popular. Perdizes: Cortez, 1993. 120 p.

SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** 2004 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>. Acesso em 03 de jun. 2009.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA SANTOS, B. **Produzir para viver: os caminhos da produção não Capitalista,** 2005. Disponível em: www.pt-pr.org.br/.../produzir%20para%viver%20-20%Boaventura. Acesso em: 15 de jul. 2009.

ⁱ A palavra “Economia” deriva do grego - *dikos* (casa, bens) e *nomos* (norma, regime) - logo economia significa “gestão da casa”; Solidária vem do latim - *Solidum* - que significa a responsabilidade de cada um com o grupo. Lechat (2005) nos diz que o termo servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo, de forma que a solidariedade é um fato antes de ser um valor e designa uma dependência recíproca. Na perspectiva da Economia Solidária, Paul Singer (2000) introduz a idéia de solidariedade como união de pessoas que as torna fortes. A importância da “solidariedade” pode ser observada na seguinte citação: “*Lo que sostenemos es [...] que la solidaridad se introduzca en la economía misma, y que opere y actue en las diversas fases del ciclo económico, o sea, en la producción, circulación, consumo y acumulación*” (RAZETO, 1997, p. 14).

ⁱⁱ Uma das publicações mais conhecidas no Brasil sobre Economia Solidária. Foi organizado por Paul Singer e André Ricardo de Souza.